

Hacktivismo no Brasil: estudo de caso sobre as ações do Anonymous

Hactivism in Brazil: a case study on the actions of Anonymous

Walter Bruno Azevedo Gomes (UFMG)

<https://orcid.org/0000-0002-9024-5030>

walterbrunoazevedo@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o hacktivismo na sociedade brasileira. Para isso, explora-se, teoricamente, o conceito de hacktivismo como fenômeno social contemporâneo, destacando a influência da cultura hacker nas ações políticas realizadas no ambiente virtual. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, levantamento documental e análise multicaso de ações hacktivistas realizadas pelo *Anonymous*. A análise de três operações (#OP) do grupo no Brasil permite compreender suas estratégias, motivações e impactos no cenário político e social. As considerações finais contribuem para a compreensão do hacktivismo como forma de resistência política e incentivam o debate sobre novas dinâmicas de mobilização social na internet.

Palavras-chave: Hacktivismo, *Anonymous*, internet, cultura hacker.

Abstract

This article presents a reflection on hacktivism in Brazilian society. To this end, it theoretically explores the concept of hacktivism as a contemporary social phenomenon, highlighting the influence of hacker culture on political actions carried out in the virtual environment. The study is characterized as exploratory research, based on a literature review, document analysis, and multiple case studies of hacktivist actions carried out by *Anonymous*. The analysis of three specific operations (#OP) conducted by the group in Brazil allows for an understanding of their strategies, motivations, and impacts on the political and social landscape. The final considerations contribute to understanding hacktivism as a form of political resistance and encourage debate on new dynamics of social mobilization on the internet.

Keywords: Hacktivism, *Anonymous*, internet, hacker culture.

Introdução

A expansão da internet, das redes virtuais e das novas tecnologias de informação e comunicação tem promovido transformações profundas na forma como nos relacionamos, nos organizamos e nos mobilizamos. Na era digital, as ações coletivas e os movimentos sociais contam com novas ferramentas que reconfiguram práticas tradicionais de ativismo e introduzem formas inovadoras de engajamento político. Conforme destaca Mutzenberg (2011), nos últimos anos tem-se observado uma aproximação entre grupos e movimentos sociais que, mantendo reivindicações tradicionais, incorporam recursos tecnológicos e cognitivos para ampliar seu alcance e impacto. Essa dinâmica evidencia a atuação de uma multiplicidade de agentes sociais, os quais articulam diferentes elementos para construir identidades e sentidos políticos, desafiando discursos hegemônicos e promovendo um pluralismo de ações e programas.

Nesse contexto, este artigo busca explorar a cultura hacker e suas manifestações políticas por meio do hacktivism — termo que surge da junção das palavras *hacker* e *ativismo*. O conceito de hacker, de origem inglesa, refere-se a indivíduos que se dedicam a compreender e modificar sistemas computacionais, frequentemente criando soluções inovadoras ou desafiando limites tecnológicos (Castells, 2003; Levy, 1984). Por sua vez, o ativismo contemporâneo envolve práticas coletivas orientadas à transformação social, política ou cultural, muitas vezes utilizando tecnologias digitais como ferramentas de mobilização e comunicação (Bringle e Sposito, 2020). Assim, o hacktivism pode ser entendido como uma forma de ativismo digital que integra técnicas de hackers a objetivos políticos ou sociais, contestando estruturas de poder e ampliando as possibilidades de resistência e expressão no espaço virtual.

Este estudo justifica-se pela necessidade de investigar as transformações nas formas de mobilização social e política no ambiente virtual, bem como as implicações que o hacktivism pode ter na formação de novas práticas de resistência na sociedade brasileira contemporânea. Para tanto, o artigo propõe uma análise das ações hacktivistas do *Anonymous* no Brasil, destacando três operações (#OP) que tiveram repercussão nacional.

A estrutura do trabalho inicia com a apresentação de um panorama histórico da internet e da cultura hacker, desmistificando o significado do termo e explorando técnicas conhecidas, como o *doxing* (exposição de informações pessoais) e o *defacement* (modificação de páginas web). Em seguida, discute-se o conceito de hacktivism e contextualiza-se a atuação do *Anonymous*, um dos coletivos mais emblemáticos associados a essa prática. Por fim, serão analisadas três operações específicas do *Anonymous* no Brasil, seguidas de uma discussão crítica e das considerações finais.

Ao longo do texto, busca-se não apenas oferecer um panorama histórico e técnico do hacktivism, mas também estimular a reflexão sobre o papel da tecnologia nas mobilizações sociais. Este estudo analisa o *Anonymous* como um ator descentralizado e multifacetado, ilustrando formas contemporâneas de engajamento e resistência no espaço digital. Assim, busca-se refletir sobre novas dinâmicas de ação política na era da internet. Na sequência, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa.

Estratégias de pesquisa: abordagem exploratória e a análise multicaso

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, adequada à investigação de fenômenos complexos e específicos, permitindo um aprofundamento na compreensão de processos sociais relacionados a indivíduos e grupos.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (Gerhardt e Silveira, 2009 p. 32)

As pesquisas exploratórias, por sua vez, possibilitam um maior entendimento sobre um problema específico, permitindo ao pesquisador ampliar seu conhecimento sobre a temática em questão (GIL, 2002).

A fundamentação teórica deste estudo constitui-se a partir de uma revisão bibliográfica, abrangendo artigos científicos, obras referenciais, teses, dissertações e literatura clássica sobre hacktivismo e ativismo hacker. Esse recorte visa mapear o estado da arte do tema, identificando lacunas epistemológicas e contradições na produção acadêmica existente. Em paralelo, adotou-se a pesquisa documental como estratégia complementar, método que consiste na análise crítica de documentos brutos — não submetidos a sistematização teórica prévia —, tais como vídeos, documentários, registros em redes sociais, manifestos digitais e outros artefatos midiáticos disponíveis em plataformas online.

A pesquisa documental é diferente da pesquisa bibliográfica. Embora ambas utilizem documentos, o que as diferencia é a fonte dos documentos: no primeiro caso, denomina-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema (Kripka *et al*, 2015, p. 244).

Essa abordagem permite investigar problemáticas específicas por meio da análise de documentos que servem como fontes de dados, implicando um processo de transformação e interpretação desses materiais. Para este trabalho, selecionaram-se documentos produzidos pelo Anonymous (manifestos, vídeos de intervenção, posts em fóruns), além de reportagens investigativas, entrevistas com ativistas e registros audiovisuais de ações hacktivistas. A opção por este delineamento decorre não apenas pela escassez de produção científica nacional sobre o tema, mas também pela natureza fluida e dinâmica das ações hacktivistas, que se organizam de forma descentralizada e conectiva. Diferente de movimentos sociais tradicionais, o hacktivismo não possui lideranças fixas ou estruturas hierárquicas bem definidas, o que dificulta sua categorização dentro dos modelos clássicos de mobilização política (Castells, 2013; Pleyers, 2018; Zarzuri e Ganter, 2002; Barros, 2015; Torinelli, 2015).

As ações do *Anonymous*, por exemplo, são conduzidas por células autônomas que se formam rapidamente em resposta a eventos específicos e, da mesma maneira, podem se dissolver sem deixar registros formais. Esse caráter efêmero e adaptativo torna essencial o uso de múltiplas abordagens metodológicas para compreender suas estratégias, motivações e impactos no cenário digital e político contemporâneo.

No âmbito da pesquisa documental, buscou-se identificar fatos relevantes que descrevem as ações hacktivistas do *Anonymous* no Brasil. Três casos específicos dessas ações, denominados operações (#OP), foram selecionados para análise, com o objetivo de proporcionar maior compreensão sobre os fenômenos estudados. O estudo de caso, é uma estratégia de pesquisa intensiva sobre fenômenos complexos, foi empregado como metodologia central. Essa abordagem permite uma análise detalhada e contextualizada, utilizando diferentes meios de coleta de dados, como entrevistas, observações e documentos (Yin, 2003; Gil, 2002).

O estudo de caso adotado neste trabalho segue o modelo de múltiplos casos, analisando três operações do grupo *Anonymous* que tiveram repercussão nacional. Dois desses casos foram escolhidos para evidenciar e discutir as ações hacktivistas descritas na literatura, enquanto o terceiro visa ampliar a compreensão do universo investigado, explorando as múltiplas facetas do fenômeno. Essa abordagem permite ao pesquisador realizar generalizações analíticas e obter uma visão mais abrangente do tema (César, 2006; Yin, 2003).

Por fim, a estratégia de análise foi fundamentada em proposições teóricas relacionadas aos objetivos do estudo e discutidas com base na literatura revisada. Essa combinação metodológica busca assegurar a coerência e a fidedignidade dos resultados, contribuindo para um entendimento do hacktivismo do *Anonymous* no contexto brasileiro.

Hacktivismo e cultura digital: origens e debates

O início da internet e a cultura hacker

Para compreender a cultura hacktivista, é essencial revisitar o processo de construção da internet. Em seus trabalhos, Castells (2003, 2009, 2013) considera a internet a base tecnológica na denominada “era da informação”, que por meio das redes de computadores nos possibilita distribuir informação e propaganda. E complementa que “uma rede é um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet” (Castells, 2003, p. 07).

Sob uma perspectiva histórica e técnica, a criação da internet emerge como uma “encruzilhada insólita entre a ciência, a investigação militar e a cultura libertária” (Castells, 2003, p. 34). No contexto da Guerra Fria, em 1969, foi desenvolvida a tecnologia ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*, ou Rede da Agência de Pesquisas em Projetos Avançados, em português), originalmente concebida pelo Departamento de Defesa dos EUA, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar sobre a União Soviética.

Essa primeira versão estava na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, no SRI (*Stanford Research Institute*), em Santa Barbara, e na Universidade de Utah; onde seu objetivo era conectar as bases militares e os departamentos de pesquisa (Castells, 2003, Vieira, 2003; Barros, 2015).

Em 1973, dois acadêmicos da Universidade de Stanford publicaram um artigo que delineava a arquitetura básica da internet, marcando o início do conceito de uma “rede de redes”:

Essa capacidade tecnológica para utilizar as redes de computadores com propósitos distintos dos que haviam sido atribuídos inicialmente, coloca os hackers na linha de frente do movimento, liberando o ativismo das limitações impostas pelo controle empresarial das redes de comunicação (Castells, 2009)

Na década de 1990, a ARPANET, já tecnologicamente obsoleta, foi desativada, e a internet deixou de ser exclusiva ao ambiente militar. O governo dos EUA transferiu sua administração para a *National Science Foundation* (NSF). Contudo, o controle da NSF sobre a internet foi breve, sendo posteriormente privatizada (Castells, 2003).

Em 1988, a internet chegou às universidades brasileiras, como a FAPESP, a UFRJ e o LNCC, por meio de convênio com instituições norte-americanas (Vieira, 2003). A partir da década de 90 a internet vai ganhando projeção a nível mundial. A expansão global da internet

só foi possível porque seu desenvolvimento posterior à ARPANET alicerçou-se em uma arquitetura descentralizada, fundamentada em protocolos abertos de comunicação que permitem novas reconfigurações e conexões (Barreto Junior, Auler e Barbosa, 2016; Vieira, 2003; Castells, 2003).

A cultura da internet emerge como corolário de sua arquitetura técnica: a liberdade de criação e distribuição de códigos permitiu que usuários reconfigurassem, remixassem e escaldassem tecnologias preexistentes, esses diferentes extratos culturais, conjuntamente, produziram e deram forma à Internet como conhecemos hoje (Castells, 2003; Preto, 2010).

Autores como Himanem (2001), Castells (2013, 2003), Levy (1984), Machado (2013, 2015), Samuel (2004) e Guimarães (2013) apontam em seus estudos um desenvolvimento da internet e da comunidade hacker de forma mútua. “O mundo dos hackers é uma comunidade fundada em valores bastante estritos, com normas de conduta bem definidas, assim como uma agenda política e padrões éticos consolidados” (Guimarães, 2013 p. 07). Esses valores remetem a constituição da internet como é hoje, onde anteriormente a pequena rede que era acessada por um grupo restrito de pessoas (cientistas, engenheiros e militares), com ajuda da comunidade hacker foi possível expandir e construir uma rede de redes (Guimarães, 2013; Castells, 2003). Esse movimento foi fortemente influenciado pela contracultura, visando a emancipação por meio da informação e da distribuição de poder. Assim, os hackers ganham destaque na representação deste movimento (Silveira, 2010).

Em um dos estudos vanguardistas sobre a cultura hacker, Levy (1984) identifica algumas premissas da ética hacker, tais como: a) o acesso a computadores e que toda a informação deve ser livre (ilimitado e total, assim como a informação); b) promoção da descentralização (o acesso à rede não deve ser monitorado pelas autoridades); c) hackers devem ser julgados segundo seus atos; c) Hacker deve criar arte e beleza a partir do ciberespaço; e d) que computadores podem transformar nossas vidas em algo melhor, se usados de forma criativa e compartilhada. O autor destaca ainda que, mais do que transgressores de sistemas, os hackers promovem a disseminação de conhecimento e a livre circulação de informação. Portanto o hacktivismo traz consigo as ideologias de cooperação, liberdade com motivações à desobediência cível eletrônica¹ (Barreto Junior, *et al.* 2016).

Himanem (2001), em seu livro, destaca outros pontos da cultura hacker: como humor e sarcasmo presente nas suas ações e que acima dos valores econômicos, é valorizado a possibilidade de criar algo que terá reconhecimento dos demais membros e que seja útil para sua comunidade. Além disso, autores como Castells (2008) e Silveira 2010, expõe a tecno meritocracia e a importância no reconhecimento entre seus pares:

[...] prestígio, reputação e estima social estão ligados à relevância da doação feita à comunidade. Assim, não se trata apenas da retribuição esperada pela generosidade, mas da satisfação imediata que o hacker tem ao exibir sua engenhosidade para todos. Além disso, há a gratificação envolvida no objeto ofertado. ele não tem apenas valor de troca, tem também valor de uso. O reconhecimento vem não só do ato de doar, como da produção de um objeto de valor (software inovador) (Castells, 2003, p. 42).

Desde os primórdios da internet, a cultura e a ética hackers promovem a emancipação pelo conhecimento, indicando que pensamento típico ideal do hacktivismo passa por considerar que o custo da liberdade é o conhecimento; consequentemente, hackers realizam um novo modo de resistir. “Nesse sentido, o verbo ‘hackear’ deve ser entendido como ‘reconfigurar’,

¹ Termo proposto por Stefan Wray, (1999) baseado no conceito de desobediência civil de Henry David Thoreau (1849).

explorar novas características, ir além do que os protocolos delimitaram, buscar a superação do controle” (Silveira, 2010, p. 38), uma vez que o sistema tecnológico está estreitamente relacionado com o poder econômico e político que operam a conjuntura social.

Para além de sua dimensão como movimento político contestatório, a cultura hacker constitui um pilar estrutural no ecossistema do *software livre*. Tais programas, caracterizados pela disponibilização pública do código-fonte e por licenças de uso não restritivas, garantem quatro liberdades essenciais: uso, estudo, modificação e redistribuição sem restrições (Stallman, 1985). Como demonstra Silveira (2010), esse modelo de produção colaborativa não apenas impulsiona a formação de redes sociotécnicas expansivas, mas também opera como vetor de democratização do ciberespaço – ampliando o acesso à infraestrutura digital, fomentando a circulação horizontal de saberes e consolidando ferramentas tecnológicas como bens comuns.

Apesar dos códigos e valores bem definidos e estudados nos últimos anos, a comunidade hacker não é um grupo homogêneo de pessoas, há diferentes pensamentos dentro da comunidade que divergem na forma como defender as ideias, a relação com o Estado e o papel da sociedade civil nesse debate (Guimarães, 2013). Apesar disso, reconhece-se que há uma “crença compartilhada no poder da interconexão de computadores e a determinação de manter esse poder tecnológico como um bem comum” (Castells, 2003, p. 46).

Hacktivismo: uma breve contextualização

Existe um entendimento errôneo sobre o que seria o hacker, sendo representados pela mídia tradicional como criminoso, com conhecimentos superiores em informática que visa prejudicar uma pessoa ou instituição (Barreto Junior, Auler e Barbosa, 2016). No entanto, Hackers são tratados na literatura acadêmica como pessoas com conhecimentos técnicos em informática, cujas ações estão orientadas pela cultura – ética – hacker, cuja paixão é inventar programas e desenvolver novas formas de processamento de informação e comunicação eletrônica (Levy, 1984). Neste sentido “Desde sua primeira utilização, a palavra hacktivismo é empregada para associar ativismo político e desobediência civil a atividades de *hacking*” (Barros, 2015, p. 04).

A primeira vez que a expressão “hacktivismo” foi registrada foi em 1996 por um grupo de hackers, cujo objetivo era desenvolver softwares que permitissem às pessoas se comunicarem com segurança, especialmente em países autoritários (Barros, 2015; Knappenberg, 2012).

Samuel (2004) em sua tese define Hacktivismo como “o uso não violento, legal ou ilegal, de ferramentas digitais para perseguir finalidades políticas” (p. 02, *tradução livre*), refletindo o uso de conhecimentos técnicos para promover causas políticas e sociais no ambiente digital. Culturalmente, hackers acreditam que suas habilidades devem ter uma finalidade social. A autora aborda o hacktivismo como um fenômeno intrigante, ao contrário da maioria das formas de ações políticas, que exigem algum grau de cooperação em massa, o hacktivismo pode ser conduzido por apenas um ator e por meio da internet, podendo ser anônimo, trans ou multinacional.

As linhas que separam hacktivismo de outras áreas de atividade política (ou apolítica) são táticas, de princípios e culturais. “No nível tático, hacktivistas adotam ferramentas e estratégias que são mais diretas e transgressivas do que as ferramentas usadas por ativistas online, pois eles acreditam que as táticas de confronto do hacktivismo podem ser mais efetivas que as formas convencionais de ativismo online” (Samuel, 2004, p. 05, *tradução livre*). Contudo, faz-se necessário esclarecer que o objetivo principal em seu trabalho é diferenciar o Hacktivismo do ciberterrorismo: diferente do ciberterrorismo, as ações hacktivistas buscam o bem-estar humano.

Guimarães (2013) expõe que a prática hacktivista se difere de outras formas de ativismo na internet, enquanto o ciberativismo atribui à internet como um meio para militância política, destinando este espaço para divulgar textos, vídeos ou fotos; os hacktivistas “elegem a internet como foro privilegiado de ação e mesmo como o próprio objeto de disputa política. Suas manifestações tendem à transgressão e à ação direta e alteram a própria arquitetura da internet. Dessa forma, o meio torna-se a mensagem” (Guimarães, 2013 p.13).

Nessa perspectiva, o hacktivismo vai além ao colocar as questões políticas e sociais no centro de suas ações. Seguindo essa mesma linha, Machado (2015) examina que:

Enquanto as primeiras gerações de hackers estavam centradas nas políticas relacionadas a softwares e hardwares, os hacktivistas transpuseram mais claramente esse caráter político ao plano social, realizando ações diretas de desobediência civil. Assim, o ativismo hacker pode ser definido como o uso de ferramentas digitais tendo em vista fins exclusivamente políticos, que não raro são logrados de maneiras transgressivas e/ou disruptivas (Machado, 2015 p. 1533).

Os estudos analisados descrevem as ações hacktivistas como influenciadas por duas correntes distintas dentro da cultura hacker: a dos hackers programadores e a dos artistas/ativistas.

Dos hackers/programadores, herdaram-se os pressupostos meritocráticos da cultura científica. Esses grupos desenvolviam novos programas para compartilhamento em rede, desempenhando um papel essencial na construção da cultura da internet. Sua ética baseava-se no reconhecimento da contribuição e da produção, em vez de uma lógica estritamente financeira (Barros, 2015).

Já os artistas-ativistas, durante as décadas de 1980 e 1990, utilizaram a internet como meio para propagar uma visão política marxista, promovendo manifestações e ampliando a visibilidade da luta de classes (Guimarães, 2013). Essa abordagem se reflete hoje no hacktivismo, como no uso de máscaras pelos Anonymous, onde a estética desempenha um papel na amplificação do sensorial. Como analisa Hora (2016):

Anonymous, WikiLeaks e casos semelhantes estabelecem modos de endereçamento político dos efeitos estéticos.... Os projetos que realizam atravessam o ativismo e a arte, sem estacionar em um polo ou outro. Bits, genes e partículas tornam-se meios e contextos de contestação sócio-poética, bio-poética, físico-poética (p. 23).

Essa tríade entre arte, tecnologia e política configura-se como traço definidor do hacktivismo contemporâneo. A máscara do Anonymous, por exemplo, ultrapassa a função de mero símbolo de anonimato, operando como dispositivo estético que amplifica o impacto simbólico de suas ações. Ao mesmo tempo em que oculta identidades individuais, ela revela – paradoxalmente – uma identidade coletiva (Castells, 2013).

Anonymous: “nós somos a legião”

Os primeiros registros de indivíduos agindo sob essa alcunha remontam ao site *4Chan* em 2003, onde todos os usuários não registrados eram automaticamente designados como “Anon” (abreviação de *Anonymous*). Originalmente, essa etiqueta era um mero artefato técnico da plataforma, que não armazenava logs ou históricos de postagem. Nesse ambiente de anonimato irrestrito e efemeridade programada (os posts eram deletados automaticamente), os primeiros “Anons” engajavam-se em ações coletivas lúdicas – como invasões coordena-

nadas a fóruns rivais (*raids*) e criação de memes –, sem qualquer pretensão política (Barros, 2015; Machado, 2015).

Em 2008, o *Anonymous* (ou Anons, como são conhecidos seus membros) vão da diversão à ação coletiva, transformando-se em um coletivo de ativistas políticos, engajados na lutar por diversas causas. “O episódio que marcou essa transição foi uma imensa onda de protestos globais contra a Igreja da Cientologia norte-americana. Na operação conhecida como Operação Chanology” (Machado, 2015 p. 1536).

A Operação Chanology foi uma campanha organizada pelo *Anonymous* contra a Igreja da Cientologia em 2008. O movimento surgiu após a igreja tentar censurar um vídeo com o ator Tom Cruise em que elogiava a Cientologia de forma intensa. A tentativa de censura gerou forte reação da comunidade *online*, que viu no ato uma violação da liberdade de expressão publicado na internet. Em resposta, o *Anonymous* iniciou uma série de protestos online e presenciais, incluindo ataques de negação de serviço (DDoS), ligações em massa para escritórios da Igreja e manifestações públicas usando máscaras de Guy Fawkes (Machado, 2015; Torinelli, 2015; Olson, 2014; Knappenberger, 2012)

A Operação Chanology marcou um dos primeiros grandes protestos públicos do *Anonymous*, consolidando sua imagem como um movimento global de hacktivismo voltado para a luta contra a censura e os abusos de poder. A operação teve início com um vídeo² de confronto direto à Igreja da Cientologia, no qual o grupo proferiu a emblemática frase: “*Nós somos Anonymous. Somos uma legião. Nós não perdoamos. Nós não esquecemos. Aguardem-nos.*”

Desde então, o *Anonymous* tem se consolidado como um ator político relevante no cenário digital, engajando-se em diversas ações com fins políticos. Um exemplo emblemático dessa atuação foi a campanha de ciberataques contra empresas da indústria do entretenimento de Hollywood, realizada em defesa da liberdade na internet. Em outras frentes, o grupo desempenhou um papel crucial na disseminação de informações durante a Primavera Árabe, apoiando movimentos pró-democracia, e contribuiu para a luta do movimento Zapatista no México.

Outro marco importante foi a #OpPayBack, iniciada em 2010 como resposta aos ataques sofridos pelo WikiLeaks: após a divulgação de documentos confidenciais dos Estados Unidos, grandes empresas como *PayPal*, *MasterCard* e *Visa* bloquearam doações financeiras ao WikiLeaks, o que desencadeou uma série de ataques de negação de serviço (DDoS)³ contra os sites dessas corporações, acompanhados de mensagens de apoio à transparência e à liberdade de expressão. No contexto brasileiro, o *Anonymous* também se destacou durante as manifestações de 2013, as Jornadas de Junho, ao realizar ciberataques contra páginas web e perfis de redes sociais de instituições governamentais e de mídia tradicional; além disso, assumiu um papel importante na disseminação de informações, funcionando como um veículo de comunicação alternativo para os manifestantes (Barros, 2015; Machado, 2013; Guimarães, 2013).

Reconhecendo que o *Anonymous* não constitui um grupo homogêneo, é essencial compreendê-lo como uma rede dinâmica e descentralizada. Sobral (2016, p. 14) argumenta que classificá-lo como um grupo formal é inadequado, pois se trata de uma “complexa rede aberta de ações coletivas”. Essa perspectiva destaca a fluidez e a adaptabilidade do movimento, permitindo que diversos atores se articulem de forma conectiva, sem estruturas hierárquicas rígidas, em torno de propósitos comuns, como a contestação de estruturas de poder.

Mota e Filho (2015, p. 303), em consonância com essa perspectiva, destacam que:

² Vídeo está disponível no Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=JCbKv9yiLiQ>.

³ Os ataques de negação de serviço, chamados DDoS (*Distributed Denial of Service*), consistem em sobrecarregar um serviço, site ou recurso de rede com um alto volume de solicitações ou tráfego, tornando-o indisponível (Zargar, Joshi e Tipper, 2013).

Os *Anonymous* são uma rede (composta por várias outras redes) ou um modo de ação hacktivista que utiliza as tecnologias digitais para defesa de causas sociais, da transparência de Estados e empresas, da salvaguarda da privacidade e do compartilhamento de bens simbólicos. Os ideais norteadores de suas táticas partem dos pilares da cultura hacker: liberdade de expressão e emancipação dos indivíduos pelo acesso irrestrito à informação. Nesse sentido, os Anons reivindicam a transparência dos que estão no poder e o anonimato como arma política para garantia da privacidade dos que não estão. (Mota e Filho, 2015, p. 303).

Olson (2014) , por sua vez, descreve *Anonymous* “uma “marca”, um “símbolo”, um “coletivo”. Suas poucas regras eram como aquelas do “Clube da Luta”: não fale sobre o *Anonymous*, não revele sua verdadeira identidade e não ataque a mídia.

Seria incorreto dizer que “*Anonymous*” diz respeito um grupo ou a um conjunto unificado e formal de indivíduos. Trata-se, antes disso, de uma ideia e uma forma de ação compartilhados por uma ampla, difusa e heterogênea rede de grupos e indivíduos atuando em todo o mundo. Por se tratar de uma ideia, não conta com donos, liderança central e muito menos centro geográfico. Da mesma forma, para aderi-la, não é preciso pedir permissão ou passar por qualquer tipo de processo seletivo. Justamente por isso, muitos se dizem *Anonymous*, mas ninguém se diz do (a) *Anonymous* (Machado, 2013, p. 23).

Em diversos documentos⁴ o *Anonymous* rejeita categorizações tradicionais como “insti-tuição” ou “coletivo”, preferindo se definir simplesmente como uma ideia. Essa autodefinição enfatiza que o *Anonymous* não pode ser enquadrado nos modelos convencionais de organização social ou política. Ao se conceber como uma ideia, o movimento ressalta sua capacidade de mobilizar indivíduos de forma espontânea e colaborativa, rompendo com as limitações impostas por estruturas hierárquicas tradicionais.

Não somos um grupo. Somos uma ideia de revolução. Acreditamos que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra. Temos em mãos pela primeira vez o poder de produzir, distribuir e trocar informações. Uma oportunidade nunca vista antes na história para colaboração e construção de um mundo onde a esperança, a dignidade e a justiça sejam princípios a serem respeitados. Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos e não queremos existir oficialmente. Nós não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies. Mais uma vez: *anonymous* não tem líderes. Se alguém lhe disser que representa ou lidera *anonymous*, este alguém não conhece a ideia *anonymous*, porque nós não podemos ser representados ou liderados, porque isto é o que somos: uma ideia.

Para compreender o fenômeno *Anonymous*, é essencial adotar uma abordagem que integre tanto as suas características culturais e ideológicas quanto as suas práticas operacionais. A análise bibliográfica realizada evidencia aspectos centrais do grupo, como a fluidez organizacional, a prevalência de relações informais, a estrutura horizontalizada e a atuação predominantemente em ambientes virtuais. Paralelamente, a investigação das práticas concretas possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas de ação adotadas por esse coletivo. Dessa forma, os casos a seguir serão apresentados com o objetivo de ilustrar como essas dimensões teóricas se materializam na prática, contribuindo para uma análise crítica do fenômeno no cenário brasileiro.

⁴ Essa definição pode ser vista em muitos documentos e entrevistas dos grupos e também em “Nós Somos a Legião: A História dos Hacktivistas”, documentário de Brian Knappenberger (2012) e no Livro *We are Anonymous*, Parmy Olson (2014).

Hacktivismo em ação: estudo multicaso das operações do *anonymous* no Brasil

Caso 1: Vazamento de dados

Em junho de 2020, a célula denominada @AnonymouBrasil realizou o vazamento de dados pessoais de familiares, empresários, ministros e políticos vinculados ao governo Bolsonaro. Entre os alvos, destacaram-se Michele Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Abraham Weintraub (ex-ministro da Educação), Damares Alves (ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), Paulo Guedes, o ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e Olavo de Carvalho, conhecido como o “guru ideológico” do presidente. No Twitter, foram divulgados links individuais que direcionavam a páginas contendo documentos e informações pessoais, como CPF, números de telefone, contatos de WhatsApp, endereços eletrônicos, residências, bem como dados relativos a patrimônio, renda e bens.

O Anonymous justificou a ação como uma resposta aos supostos “abusos de poder” e à “falta de transparência” atribuídos ao governo Bolsonaro. O vazamento ocorreu em um contexto de crescente tensão política no Brasil, marcado por críticas à condução da pandemia de COVID-19, controvérsias envolvendo membros do governo e acusações de corrupção. Segundo o grupo, a operação tinha por objetivo expor possíveis irregularidades e pressionar por uma maior responsabilidade e ética na administração pública.

Caso 2: Ação contra a Alezzia e a luta pelo feminismo

Em dezembro de 2016, a célula @AnonymouBrasil protagonizou uma série de ataques à empresa Alezzia, especializada em móveis e objetos de decoração. A empresa carioca iniciou uma campanha nas redes sociais, apresentando seus produtos com modelos seminuas e em biquínis. Apesar das críticas negativas em sua página no Facebook, que apontavam a objetificação do corpo feminino e o machismo presentes na campanha, a Alezzia adotou uma postura de marketing que se opunha ao “modismo” e se referiu ao conceito de “politicamente correto” de forma depreciativa. No mês seguinte, a empresa causou controvérsia ao oferecer publicamente um emprego a um jovem que havia sido demitido por justa causa de uma construtora devido a publicações sexistas em suas redes sociais (Strabelli e Issler, 2017).

Em fevereiro de 2017, @AnonymouBrasil lançou a operação #OpMulheresLivres, que resultou no hackeamento da página da Alezzia. Em seu comunicado, o coletivo utilizou a imagem de Ada Lovelace — considerada a mãe da programação e pioneira na matemática da computação, cuja relevância só foi reconhecida um século após sua morte — como símbolo da ação:

A Alezzia e a Palmetal foram integralmente hackeadas por Anonymous. Estamos em posse de todas as bases de dados, seus backups, e-mails, senhas, e todos os dados de todos os seus 10 mil clientes, que estão sendo devidamente notificados nesse exato momento por e-mail, convidando-os a processar a Alezzia pela falha de segurança. Também tomamos a liberdade de executar deface em ambos os sites. Também tomamos a liberdade de excluir todos os produtos da loja virtual da Alezzia e substituí-los por um conteúdo muito mais engrandecedor (Anonymous Brasil, 2017).

E conclui as ações com a Mensagem da *Anonymous* sobre o machismo:

[...] A Alezzia não é a primeira e nem vai ser a última marca a capitalizar em cima de machismo descarado. Esperamos que um dia a qualidade de seus baste pra que a marca venda sem

precisar apelar pra essa estratégia de marketing patética. Enquanto isso, esperem respostas. Nós somos *Anonymous*. Somos uma legião. Nós não esquecemos. Nós não perdoamos. Esperem por nós. (*Anonymous Brasil*, 2017).

Caso 3: As contradições do Anonymous

O governo Michel Temer (2016–2018), instaurado após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – processo amplamente contestado por setores da academia e movimentos sociais –, propôs em 2016 a Reforma Trabalhista (PL 6.787/2016), caracterizada como a mais extensa modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde sua criação em 1943.

A reforma, alinhada a uma agenda neoliberal, flexibilizou direitos históricos, como jornada de trabalho, terceirização e remuneração, além de enfraquecer o poder sindical, sob o argumento de “modernizar” as relações laborais. A proposta obteve ferrenhas críticas da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais, por suprimir direitos já previstos.

Seis centrais sindicais brasileiras questionaram a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre supostas violações de convenções internacionais ratificadas pelo país durante o processo de elaboração da reforma trabalhista. Em resposta, a OIT afirmou que a inexistência de consultas prévias a organizações representativas de trabalhadores e empregadores constituiu-se em uma violação à Convenção Internacional n. 144, à qual o país é signatário desde 1994 (Valadares, Galiza e Oliveira, 2017, p. 96).

Neste contexto, a célula @AnonymousBr4sil, uma das mais influentes nas redes sociais, intensificou em 2016 a produção de vídeos e textos que defendiam a necessidade de uma reforma trabalhista e a redução do número de sindicatos no país. Ao rotular o regime da CLT como “feudalismo moderno”, o grupo articulou convocações para atos em apoio à reforma, em articulação com movimentos partidários como o MBL (Movimento Brasil Livre) (*Anonymousbr4sil*, 2016).

Anonymous: desafios e possibilidades no cenário brasileiro

As ações hacktivistas desenvolvidas pelo *Anonymous* no Brasil revelam dinâmicas complexas de mobilização política em uma sociedade hiperconectada. Contudo, uma análise mais aprofundada permite ir além da descrição das operações, explorando as implicações sociais, políticas e culturais do fenômeno.

No caso do vazamento de dados de figuras públicas no contexto da pandemia de COVID-19, por exemplo, é necessário refletir sobre como essa prática evidencia a fragilidade das instituições diante do uso estratégico da tecnologia. De acordo com Castells (2013), a sociedade em rede permite que atores não estatais utilizem as mesmas infraestruturas que tradicionalmente servem ao controle social, subvertendo-as para contestar estruturas de poder. Nesse contexto, as ações do *Anonymous* podem ser vistas como uma forma de resistência cibernética, que expõe as tensões entre privacidade e transparência na esfera pública.

No primeiro caso, evidencia-se as táticas hacktivista já relatadas na literatura como *doxing* ou *Dox* (processo em que informações sigilosas ou pessoais sobre pessoas físicas ou jurídicas são compiladas e expostas ao público). Barros (2015) esclarece que, em sua maioria, as informações divulgadas não têm maior utilidade para o hacktivista, a não ser descredibilizar a orga-

nização através da sua publicação, evidenciando a falta de segurança e prejudicando sua imagem pública.

Apesar dessas técnicas requisitarem um nível de conhecimento em tecnologias digitais, não devemos reduzir a análise do hacktivismo a este ponto, uma vez que as ações hacktivistas são mobilizações sociais e ações coletivas, em uma época em que essa dinâmica acontecem também na internet.

É importante contextualizar que, durante o período em que as ações hacktivistas ocorreram, o Brasil enfrentava um dos piores momentos da crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus. O governo, em uma postura de negação científica, se recusava a adotar as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), emitindo declarações que desconsideravam a ciência e contribuíam para o agravamento da crise.

Além disso, o país enfrentava altos índices de desemprego e um crescente desmatamento na Floresta Amazônica, fatores que intensificaram as tensões sociais e políticas no cenário nacional. Esse contexto político e social complexo serve como pano de fundo para entender as ações hacktivistas, que se posicionaram como formas de resistência diante das políticas governamentais e das desigualdades estruturais.

No segundo caso, podemos identificar as táticas de *Defacement* – que é um acesso não autorizado a um servidor ou código fonte de uma página, com o objetivo de modificar, substituir ou reescrever o conteúdo da página atacada (Guimarães, 2013; Samuel, 2004) e *doxing* (nas informações divulgadas dos clientes e da empresa).

Nessa ação direta, são tratadas questões que são apontados e discutidos por outros movimentos sociais tradicionais, como o feminista, evidenciado o caráter político e histórico que norteiam essas ações, onde sexismo da Empresa Alezzia, é apontado pelo *Anonymous* como uma violência contra a mulher, no contexto de uma sociedade machista e patriarcal, as mulheres “continuam na sua luta pela conquista histórica inacabada do reconhecimento e da operacionalização de sua dignidade humana enquanto cidadãs plenas” (Santos, 2003 p.127). Natansohn e Reis (2020) ao analisar as ações coletivas feminista no hacktivismo, autodenominado de hackfeministas, buscam “construir projetos que prefigurá-los como parte de um movimento” (p.03), e complementam que:

Uma das práticas mais difundidas por esses grupos é o trabalho sobre os cuidados de si e das outras, para prevenir e agir perante ataques misóginos. Avaliando estas práticas e os processos de apropriação que essas coletivas estabelecem, tanto no plano da técnica como da cultura, é possível perceber os deslocamentos semiótico-materiais promovidos por essas mulheres, no sentido de buscar respostas aos riscos que os novos códigos sociotécnicos têm implicado para a segurança, privacidade, representação social e intimidade (Natansohn e Reis, p. 3-4).

Assim, o movimento feminista dentro do hacktivismo, e a cultura hacker dão indícios de um valioso campo de estudo, uma vez que muitos estudos evidenciam ligadas aos direitos digitais e/ou novas tecnologias de informação e comunicação.

No último caso apresentado, uma ação da célula *Anonymous @AnonymousBr4sil* evidencia a fragmentação interna dentro do movimento hacktivista *Anonymous*. Autores como Mota e Filho (2015), Pinho (2016) e Sobral (2016) discutem a falta de reconhecimento de outras células *Anonymous* em relação à atuação desse grupo, destacando críticas substanciais à sua identidade e ideologia. Segundo Mota e Filho (2015, p. 306-307), “embora o perfil @AnonymousBr4sil tenha um número de seguidores excedente ao da @AnonBrNews, existem

inúmeras críticas (de pesquisadores e Anons) que evidenciam a desvirtuação da ideia *Anonymous* por parte dessa célula”.

Em uma entrevista ao site TecMundo, uma das principais células do Anonymous no Brasil apontou a distorção ideológica promovida pela @AnonymousBr4sil. De acordo com a entrevista:

a ausência de clareza do que significa liberdade de expressão levou a muitos jovens à ideia de que significa ‘fale o que quiser sem ser punido por isso’, de modo que as comunidades virtuais abertas da Anonymous estão repletas de gente defendendo militarismo, machismo, homofobia, racismo, violência policial e atacando os direitos humanos, em um fluxo completamente contrário a uma ideia libertária (Payão, 2016, p. 01).

Conforme a literatura revisada, embora não seja necessária uma aprovação formal para ser considerado um ‘Anon’, o reconhecimento dentro da cultura hacker é um princípio central que orienta suas ações coletivas. O que distingue um verdadeiro “*Anonymous*” é sua aderência a uma ética e ideologia específicas, que incluem valores como liberdade, justiça social e igualdade.

Dessa forma, para uma análise que contemple a complexidade das ações no hacktivism, é necessário considerar não apenas as práticas tecnológicas, mas também a afinidade com as ideologias e a cultura hacker que permeiam essas ações. A relação entre hacktivism e a cultura hacker, portanto, deve ser analisada com atenção à sua compatibilidade com os princípios ideológicos e éticos que sustentam o movimento, visto que essas ações não ocorrem apenas no plano digital, mas também no campo das identidades políticas e sociais.

Desafios e perspectivas para o futuro do ativismo hacker

As novas formas de mobilização e ativismo em rede têm reconfigurado os processos de intervenção social, ampliando as possibilidades de defesa da liberdade e dos direitos em um cenário marcado pela interseção entre tecnologia e política. O hacktivism, enquanto expressão dessa dinâmica, exemplifica a subversão no ciberespaço, onde ferramentas digitais são empregadas para contestar relações de poder historicamente assimétricas, como as que permeiam Estado, corporações e instituições midiáticas. Seus repertórios variam desde ações simbólicas de divulgação de ideias até operações complexas — como o vazamento estratégico de informações sensíveis —, revelando uma gramática política adaptada às contradições da era digital.

Esses modelos de ação coletiva distinguem-se radicalmente dos tradicionais, como destaca Burgos Pino (2015), ao priorizarem a organização informal, a horizontalidade e o consenso entre participantes, em contraste com hierarquias rígidas e estruturas centralizadas. Tais dinâmicas emergem como respostas às transformações sociotécnicas das sociedades contemporâneas, nas quais a fluidez organizacional e a conectividade em rede redefinem noções clássicas de mobilização política. No Brasil, contudo, as ações hacktivistas assumem caráter episódico, refletindo não apenas a natureza descentralizada do movimento, mas também os desafios impostos por profundas desigualdades, inclusive digital.

A ausência de liderança formal e a horizontalidade do Anonymous, como aponta Coleman (2014), representam paradoxalmente sua força e sua fragilidade: se, por um lado, permitem ações ágeis e espontâneas, por outro, dificultam a construção de estratégias de longo prazo. Analisar tais operações implica lidar com desafios metodológicos únicos, já que, conforme registram Mota e Filho (2015, p. 313):

[...] operações se fazem na mesma velocidade com que se desfazem, tornando difícil combater e controlar esse tipo de protesto virtual em face dos vínculos temporários entre os ativistas. De modo que eles não buscam “destruir a Matrix” (algo impossível), mas, antes disso, aproveitar as suas falhas para causar pequenos ou grandes impactos, ainda que temporários. Desse modo, esses atores sem revelar quem são, buscaram através de ferramentas digitais transgressivas, chamar a atenção para questões que passaram despercebidas na grande mídia.

Essa fluidez organizacional, combinada com a horizontalidade, não só desafia os modelos tradicionais de mobilização, como inaugura novos repertórios de ação política no espaço virtual, redefinindo os conceitos de resistência e engajamento. Ao se configurar como uma forma de ação coletiva em rede, o *hacktivismo* – seja conduzido por indivíduos, grupos, coletivos ou mesmo por uma ideia – posiciona-se como um fenômeno emblemático das sociedades contemporâneas, onde atores ainda que dispersos conectam-se para gerar repercussões tanto no mundo digital quanto no *offline*.

Embora a pesquisa exploratória não tenha como objetivo apresentar conclusões definitivas, ela desempenha um papel fundamental ao oferecer uma visão geral que pode subsidiar estudos futuros mais aprofundados sobre o fenômeno investigado. A fluidez e a efemeridade das ações no ciberespaço tornam essencial seu registro detalhado, dado que muitos eventos são de curta duração e difíceis de capturar em sua totalidade.

Documentar essas práticas digitais como *doxing* e *defacement*, é imprescindível para compreender não apenas as estratégias empregadas pelos hacktivistas, mas também as implicações sociais e culturais que elas provocam. Além disso, registrar essas ações possibilita a análise de dimensões ainda pouco exploradas, tais como o papel do *software* livre na democratização do hacktivismo e sua interseção com movimentos sociais amplos, como o feminismo, um tema que, devido à amplitude deste estudo, não foi aprofundado aqui.

Por fim, ao analisar o *Anonymous* no Brasil, este trabalho reforça a relevância do hacktivismo como fenômeno político e cultural, capaz de tensionar estruturas de poder no contexto das dinâmicas sociais contemporâneas. Espera-se que as reflexões aqui propostas incentivem pesquisas interdisciplinares que aprofundem não apenas as implicações dessas práticas, mas também seu potencial para reimaginar formas de mobilização em sociedades cada vez mais mediadas pela tecnologia.

Referências

ANONYMOUS BRASIL. (2017, 12 janeiro). #OpMulheresLivres. Facebook. Publicação. Recuperado em 12 de janeiro de 2021, Disponível em: <https://www.facebook.com/AnonBRNews/photos/a.286106798104849.59790.276935342355328/1214880371894149/?type=3&theater>. Acesso em: 11 dez. 2020.

ANONYMOUSBR4SIL (2016) Home [Facebook page]. (2016, 1º dezembro). Publicação. Facebook. Recuperado em 01 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/posts/1189990801087469?comment_id=1190151004404782&reply_comment_id=1190158007737415&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D. Acesso em: 11 dez. 2020.

BARRETO JÚNIOR, Irineu. F.; AULER, Henrique.; BARBOSA, Marco A. Hacktivismo e ativismo digital na sociedade da informação. *Redes – Revista Eletrônica direito e sociedade*, [s. l.], v. 16, n. 28, 2016. Disponível em: doi: 10.18316/2318-8081.16.28. Acesso em: 19 jan. 2024.

- BARROS, Laura. Hacktivismo nas manifestações de junho de 2013 no Brasil: uma análise das referências ao Anonymous nos portais Folha.com e G11. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BRINGEL, Breno.; Sposito, Marília. A novidade veio dar à praia: transformações do ativismo e dos movimentos sociais contemporâneos. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.238520> Acesso em: 28 nov. 2024.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luíza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (Trabalho original publicado em 2012).
- COLEMAN, Gabriella. *Hacker, hoaxer, whistleblower, spy: the many faces of Anonymous*. Verso Books, 2014.
- GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, Razen Johnatan. *Desobediência civil eletrônica: o hacktivismo como manifestação política legítima*. [Monografia Bacharelado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília], 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/4800>. Acesso em: 10 out. 2024.
- HIMANEM, Pekka. *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información*. Distal, 2001.
- HORA, Daniel. Performance e disrupção: arte-ativismo hacker. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arte da UnB*, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/vis.v15i1.14522>. Acesso em: 10 fev. 2025
- KNAPPENBERGER, Brian (Diretor). *We are legion: the story of the hacktivists*. [Documentário], 2012.
- KRIPKA, Rosana. SCHELLER, Morgana. BONOTTO, Danusa. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*, v. 2, 2015. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>. Acesso em: 16 out. 2017. Acesso em: 10 fev. 2025.
- LEVY, Steven. *Hackers, heroes of the computer revolutions*. New York: Penguin Books, 1984.
- MACHADO, Murilo Bansi. *Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle*. Bahia: Edufba, 2013.
- MACHADO, Murilo Bansi *Entre o controle e o ativismo hacker: a ação política dos Anonymous Brasil*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1531-1549, 2015.
- MOREIRA, Isabela. *Anonymous hackeia site da Alezzia*. *Revista Galileu*, 2017. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2017/02/anonymous-hackeia-site-da-alezzia.html>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MOTA, Barbara. M. F.; FILHO, Dalson Figueredo. Quem controla a política de ninguém? Anonymous Brasil e o ativismo hacker nas redes de comunicação. *Emancipação*, Ponta Grossa, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.15i2.0008>.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais entre aderências, conflitos e antagonismos. *Sinais – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Vitória, ES, n. 9, v. 1, p. 127-143, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25067/s.v1i09.2782>. Acesso em: 10 fev. de 2025.

NATANSOHN, Graciela.; REIS, Josemira. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. *Cadernos Pagu*, n. 59, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202000590005>. Acesso em: 10 fev. 2025.

OLSON, Parmy. *Nós somos Anonymous: por dentro do mundo dos hackers*. São Paulo: Novo Século, 2014.

PALMEIRA, Carlos. Anonymous: 7 ataques já realizados por células do grupo no Brasil. *Tecmundo*, 2021. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/224490-anonymous-relembre-7-ataques-realizados-celulas-grupo-brasil.htm>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PAYÃO, Felipe. A maior página do Anonymous no Facebook é falsa, diz principal célula BR. *Tecmundo*, 2016. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/facebook/106936-maior-pagina-anonymous-facebook-falsa-diz-principal-celula-br.htm>. Acesso em: 10 fev. de 2025.

PINHO, Silvana. *Movimentos de protestos virtuais da Anonymous no Brasil: unidos como um e divididos por fakes*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16681>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BURGOS PINO, Edixela Karitza. El hacktivismo: entre la participación política y las tácticas de subversión digital. *Razón y Palabra. Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación*, n. 88, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199532731006>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PLEYERS, Geoffrey. *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Colección Democracias en Movimiento. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1475. Acesso em: 7 fev. 2025.

PRETTO, Nelson. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *Educação em Revista*, v. 26, n. 3, p. 305-316, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000300015>.

ROTHBERG, Danilo. Net-ativismo de povos originários mostra seu poder criativo. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2023. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2023/06/13/net-ativismo-de-povos-originarios-mostra-seu-poder-criativo/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SAMUEL, Alexandra Whitney. *Hactivism and the future of political participation*. Tese (Doutorado em Direito) - Harvard University, 2004. Disponível em: <https://www.alexandrasamuel.com/dissertation/pdfs/Samuel-Hactivism-entire.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SANTOS, Sidnei. *Os direitos humanos das mulheres visto através de um olhar pluralista e interdisciplinar*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84908/194102.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SILVEIRA, Sergio. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, n. 86, p. 28-39, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i86p28-39>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SOBRAL, André. *Ações coletivas em redes: um estudo de caso sobre o Anonymous Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/publicacao/2692.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2025.

STALLMAN, Richard M. The GNU Manifesto. *Dr. Dobbs' Journal*, v. 10, n. 3, p. 30-35, 1985. Disponível em: https://openlab.citytech.cuny.edu/mtec-ent3140/files/2013/02/Stallman_TheGNUManifesto.pdf. Acesso em: 20 abril. 2023.

STRABELLI, G.; ISSLER, B. Após polêmica no Facebook, Anonymous Brasil invade site da empresa Alezzia – entenda o caso. *Fala Universidades*, 2017. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/apos-polemica-no-facebook-anonymous-brasil-invade-site-da-empresa-alezzia-entenda-o-caso/>. Acesso em: 7 fev. 2020.

TORINELLI, Michele Caroline. *A máscara e a multidão: enquadramentos dos Anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38194>. Acesso em: 7 fev. 2025.

VALADARES, Alexandre; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. A reforma trabalhista e o trabalho no campo. *Mercado de Trabalho*, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8131/1/bmt_63_reforma.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

VIEIRA, Eduardo. *Os bastidores da internet no Brasil*. São Paulo: Editora Manole, 2003.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. São Paulo: Artemed, 2003.

ZARZURI, Raul; GANTER, Rodrigo. *Culturas juveniles, narrativas minoritarias y estéticas del descontento*. Santiago de Chile: Editorial Universidad Católica, 2002.

ZARGAR, Saman T.; JOSHI, James; TIPPER, David. A survey of defense mechanisms against distributed denial of service (DDoS) flooding attacks. *IEEE Communications Surveys & Tutorials*, v. 15, n. 4, p. 2046-2069, 2013. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6461197>. Acesso em: 25 jul. 2020.